

JOSÉ MARIA RABÊLO • THEREZA RABÊLO



OS CAMINHOS DO

Exílio



**OS PLANOS DOS GOLPISTAS EM 1964
PARA ASSASSINAR O PRESIDENTE GOULART
E DIVIDIR O BRASIL EM DOIS PAÍSES.**


GERAÇÃO

PREFÁCIO
Janio de Freitas

APRESENTAÇÃO
Mauro Santayana

JOSÉ MARIA RABÊLO • THEREZA RABÊLO

OS CAMINHOS DO
Exílio



**OS PLANOS DOS GOLPISTAS EM 1964
PARA ASSASSINAR O PRESIDENTE GOULART
E DIVIDIR O BRASIL EM DOIS PAÍSES.**



GERAÇÃO

Copyright © 2016 by José Maria Rabêlo e Thereza Rabêlo
1ª edição – 1996

2ª edição — Outubro de 2016

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa
de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009

Editor e Publisher
Luiz Fernando Emediato

Diretora Editorial
Fernanda Emediato

Assistente Editorial
Adriana Carvalho

Projeto Gráfico
Alan Maia

Capa
Letícia Rolim

Diagramação
Karina Cotta

Fotografias
Fernando Rabêlo e arquivos

Revisão
Maria Teresa Bastos

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Rabêlo, José Maria
Os caminhos do exílio / José Maria Rabêlo.
2. ed. rev. e atual. -- São Paulo: Geração Editorial, 2016.

ISBN 978-85-8130-363-5

1. Brasil - Política e governo - 1964-
2. Exilados - Brasil - Biografia 3. Exílio
4. Memórias autobiográficas 5. Rabêlo, Thereza -
Exílio I. Título.

16-07596

CDD: 305.90691

Índices para catálogo sistemático

1. Exilados : Autobiografia 305.90691

GERAÇÃO EDITORIAL

Rua Gomes Freire, 225 – Lapa
CEP: 05075-010 – São Paulo – SP
Telefax.: (+ 55 11) 3256-4444
E-mail: geracaoeditorial@geracaoeditorial.com.br
www.geracaoeditorial.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

BDMG,
CULTURAL

BDMG
BANCO DE DESENVOLVIMENTO
DE MINAS GERAIS

**MINAS
GERAIS**
GOVERNO DE TODOS

DEDICATÓRIAS

Para Alicia, minha querida bisneta francesa, que, tão jovem, já começa a entender os rumos a seguir.

Aos companheiros Edmur Fonseca, Marco Antônio Coelho, Sérgio Miranda e Fernando Correia Dias, para sempre em nossa memória.

À presidente Michelle e a seu pai Alberto Bachelet, ela, vítima de tortura, e ele, morto nos cárceres da ditadura, como expressão de minha reverência e meu amor ao Chile.

Para Mário Soares, uma vida dedicada à causa do socialismo e da democracia.

A Dilma Rousseff, símbolo da coragem da mulher brasileira.

Para José Arthur Gonçalves de Almeida, amigo, mesmo sob os riscos da repressão, num reconhecimento que eu jamais poderia deixar de fazer.

PREFÁCIO



Janio de Freitas

“A opção política é antes de tudo uma opção moral”.

Este conceito é formulado por José Maria Rabêlo com a mais plena autoridade para fazê-lo. Resume em dez palavras comuns toda a sua vida incomum. Primeiro, sozinho; depois, com a companhia solidária e brava de um amor chamado Thereza.

Passado mais de meio século do golpe de 1964, ainda não se sabe quantos foram levados a deixar o Brasil para sobreviver, fosse no sentido literal ou no de alternativa para o dia a dia que a violência expelida dos quartéis obstruía. Como um dos caçados prioritários e como jornalista, Zé Maria estava nos dois casos. Para se ver outra vez como caçado prioritário, na experiência de testemunhar no exílio mais dois golpes de militares cucarachos.

Mas aquele conceito de Zé Maria contém ainda outra síntese, agora em sentido inverso. Resume e aponta a carência fundamental da “elite” econômica e social brasileira em sua deliberada deformação da vida política no Brasil. Sua opção é pela imoralidade: o seu enriquecimento constante como único objetivo e a corrupção, a vilania e a exploração humana como método.

Para isso, é preciso ter a seu serviço o poder político, que traz consigo o controle do poder administrativo e os poderes acessórios. Nenhum atrevimento de contrariar tal visão e prática será tolerado. Como não o foi em mais de quinhentos anos de história. Mesmo que isso tenha custado ou venha a custar o risco até de divisão territorial do País, como Zé Maria expõe neste livro ao retomar sua valiosa contribuição para a historiografia dos antecedentes e dos dias do golpe de 64.

Não por acaso, quando escrevo estamos vivendo a indignação e a vergonha de testemunhar o andamento de mais um golpe, que acentua a oportunidade da nova edição deste livro, em boa hora ampliada por Zé Maria na rememoração e na denúncia do golpismo. O silêncio dos militares, até este momento, é admirável, mas não pode compensar a baixaza de uma maioria de congressistas orientados por interesses mesquinhos, e comandados por notório réu de crimes financeiros, para executar o golpe parlamentar desejado pela “elite” econômica e social.

As curvas da vida põem em atividade intensa, mais uma vez, a opção moral de Zé Maria. Aqui está ela, reafirmada. E sem Thereza apenas em parte, porque sua coautoria está presente, bem viva. Que casal extraordinário, esse. A coragem com que os dois inventaram um exílio frutuoso, feliz à sua maneira mas sem dúvida feliz, criando e lutando, lutando e criando filhos, cultura, trabalho, política, solidariedade, amizades. Mereceria vários livros. Este é um deles: exemplar nos dois sentidos da palavra.

Janio de Freitas, jornalista, colunista e membro do Conselho Editorial do jornal Folha de São Paulo. Recebeu vários prêmios em sua carreira, entre eles o Prêmio Esso e o Internacional Rei de Espanha.

RESIDÊNCIA PROVISÓRIA



(1)

São sempre incertos os rumos
ao longo da caminhada,
como incerta é a espera
pela volta tão sonhada.

Nos exílios não se mora,
o que se faz é acampar.
Aguardar aqui é o verbo
que se deve conjugar.

A sentença que cumprimos
nunca foi determinada.
Ninguém sabe a duração
de tal pena decretada.

Dela se terá ideia,
mas depois de ser cumprida.
Duração que pode ir
de um só dia a toda a vida.

(2)

Que paisagem é esta que desconheço,
que gente é esta cuja língua não entendo,
que rio é este que não sei para onde vai,
que sons são estes que não consigo distinguir,
que noite é esta que não termina nunca,
que bruma é esta que obscurece o dia,
que canto é este que não faz sentido,
que festa é esta sem propósito,
que sol é este que não me aquece?

(3)

Lá fora a neve encobre
as margens das estradas
e um álgido vento
açoita os vidros do edifício.
A rua está deserta,
e os homens que passam,
poucos, pela madrugada,
conversam noutra língua,

falam de longínquas mulheres,
de sonhos ininteligíveis
para meus sentidos de sonâmbulo.
O agasalho que me deram
é curto e incômodo
e me imobiliza os gestos, o pensamento,
na solidão deste meu quarto.
Tento chamar pelo telefone
a alguma parte em que me entendam:
todas as linhas estão cortadas,
todos os números estão mudos.
Olho para o mar como último ponto de salvação,
mas os navios já partiram
e apenas os bêbados, os retardatários
ainda aguardam sobre o cais
o embarque impossível.

(4)

A viagem compulsória,
sem programa nem roteiro.
Quem dirá a trajetória
para o andar do viajero?

Travessia compulsória
neste mapa forasteiro,
como prova expiatória
pra testar o caminheiro.

Existência compulsória,
num refúgio carcereiro,
todo dia transitória,
interina o tempo inteiro.

Pois é vida migratória,
pouso errante, passageiro,
gleba que se carpe, inglória,
não dono; como meeiro.

Não dono; como meeiro:
residência provisória.

José Maria Rabêlo

Paris, novembro de 1979

(Este poema foi publicado em 2004, no livro de mesmo nome, e reescrito para a presente edição.)

ESTA EDIÇÃO. EXPLICAÇÃO



A primeira edição de *Os Caminhos do Exílio* foi lançada em 1996, há portanto 20 anos, e está inteiramente esgotada.

Preparei a presente versão procurando enriquecê-la com o relato de outros fatos importantes, dentre eles, o complô para assassinar o ex-presidente João Goulart e toda a sua comitiva, em um comício programado para o dia 21 de abril de 1964, em Belo Horizonte, e a organização de um exército paralelo de 50 mil homens, financiado pelos EUA, em apoio ao golpe, que poderia ter levado a uma luta prolongada da qual resultaria a divisão do Brasil em dois países. “Uma Coreia em dimensões continentais”, segundo as palavras de um de seus idealizadores.

O projetado atentado contra Goulart, que o golpe tornou desnecessário, deve entretanto servir de alerta para a segurança de nossas principais lideranças populares, Lula e Dilma à frente, pois o fanatismo direitista, de ontem como de hoje, não tem limites.

Embora sem a pretensão de aprofundar o estudo de cada um dos temas tratados, o livro passa em revista questões fundamentais da história contemporânea brasileira. De leitura rápida, numa linguagem jornalística e com farta cobertura fotográfica, procura

entregar ao leitor uma visão objetiva, de fácil assimilação, adequada aos novos tempos inaugurados pela internet. Com as obras *Diáspora* e *Residência Provisória*, também já esgotadas, compõe um painel abrangente do que foi a experiência de milhares de brasileiros que tiveram de deixar sua pátria para fugir às perseguições do regime militar, como aconteceu comigo, minha mulher Thereza e nossos sete filhos, obrigados a permanecer por quase 16 anos fora do Brasil.

Este livro contribui de igual modo para consolidar uma convicção indeclinável: tudo devemos fazer para a defesa dos valores democráticos e das regras cidadãs de convívio, que constituem as expressões mais altas de uma sociedade que se considere civilizada. É preciso estar atento à preservação de tais valores, em especial no momento em que grupos comprometidos com o passado, repetindo o que fizeram no Brasil em 1964 e no Chile de Pinochet, em 1973, cujos processos eu e minha família vivemos por dentro, pretendem impor ao País uma agenda regressiva e conservadora, na tentativa de deter o avanço da História.

Em ambas as situações, semelhante ao que estamos vendo hoje, milhares de pessoas incitadas pela grande mídia oligárquica e antinacional foram às ruas para manifestar-se contra dois governos legais, o de Goulart e o de Allende, sob o pretexto de defender a democracia e protestar contra a corrupção. E acabaram abrindo o caminho para duas ditaduras altamente repressivas e corruptas, aqui, de 21 anos, no Chile, de 17, com milhares de mortos, presos e exilados.

O livro mostra ainda outras similitudes entre aqueles dois processos e os acontecimentos de hoje no Brasil, numa advertência às forças democráticas para que impeçam um golpe institucional contra a presidente Dilma Rousseff e qualquer atentado às conquistas políticas e sociais obtidas nos últimos anos pelo povo brasileiro.

Infelizmente, não pude contar neste relançamento com a participação de Thereza, meu amor de mais de 60 anos, que há três partiu para outros universos, deixando comigo e nossos filhos uma dor que jamais se esvairá.

Como na edição anterior, o livro está dividido em três partes. A primeira, *As Lições do Exílio*, com texto meu, foi integralmente reescrita e atualizada. As duas outras, *Um Longo Hiato em Nossas Vidas*, de Thereza, e a entrevista com as jornalistas Iza Freaza e Eulália Maia, publicada no jornal *Pasquim*, são reeditadas respeitando quase por completo sua versão original.

Pela sua altíssima qualidade, o prefácio de Janio de Freitas e a apresentação de Mauro Santayana valorizaram muito o texto e me emocionaram imensamente.

Espero que a releitura dos episódios de ontem, aqui lembrados, nos ajude a compreender melhor os acontecimentos de hoje e a nos preparar para os múltiplos desafios de amanhã.

JOSÉ MARIA RABÊLO
Belo Horizonte, agosto/2016

PRIMEIRA PARTE

As Lições do Exílio

José Maria Rabêlo



Nós tínhamos a ilusão de que o exílio
seria por curto prazo.
Eu mesmo fiz uma declaração à imprensa,
pouco antes de tomar o avião,
dizendo que partíamos
para um breve regresso.

CAPÍTULO 1



O GOLPE MILITAR E SEUS ANTECEDENTES

A década de 1950 e os primeiros anos da de 1960 foram uma fase de grande efervescência política, como a antecipar seu desfecho com o golpe de março-abril de 1964. Em agosto de 1954, o ex-presidente Getúlio Vargas, não suportando as pressões dos setores conservadores contrários a seu governo trabalhista e nacionalista, suicidou-se com um tiro no coração, provocando uma comoção nacional.

Em 1955, os mesmos setores conservadores por pouco não produziram outra grave crise institucional, ao tentar impedir a posse de Juscelino Kubistchek como novo presidente eleito. Embora pertencente a um partido de centro-direita, PSD — Partido Social Democrático, Juscelino era visto com desconfiança, em virtude de suas propostas modernizantes, destacando-se entre elas a construção de Brasília, tendo de superar sucessivos obstáculos políticos e militares para chegar ao fim de seu mandato. A seguir, foi eleito o ex-governador de São Paulo Jânio Quadros, num processo eleitoral muito atribulado. Assumiu o governo em 31 de janeiro de 1961 e só permaneceu na presidência até 25 de agosto, quando renunciou alegando estar sob pressão de “forças terríveis”, que lhe impediam governar. Ele jamais esclareceu quais eram aquelas “forças terríveis” que conspiraram contra seu governo, mas deixou transparecer que se

tratava dos grupos econômicos dominantes e da grande mídia a eles ligada. O País correu o risco de uma guerra civil, pois os ministros militares se recusaram a aceitar o vice da chapa de Quadros, que era João Goulart (Jango), por ser do partido de Vargas e por suas vinculações com o movimento sindical, visto por eles como um poder paralelo. Na época, o vice podia ser eleito em outra chapa. Jânio concorreu por uma coligação tendo à frente seu partido, o PTN — Partido Trabalhista Nacional, e, Goulart pelo PTB — Partido Trabalhista Brasileiro.

Diante do veto, o governador do Rio Grande do Sul, o também trabalhista Leonel Brizola, anunciou sua disposição de resistir à manobra golpista. Brizola contava com o apoio da Brigada Militar gaúcha e de importantes nomes do Exército e da Aeronáutica, entre os quais o general João Machado Lopes, comandante do poderoso 3º Exército, com sede em Porto Alegre. A partir dali, as tropas já se preparavam para avançar pelos estados de Santa Catarina e Paraná, a fim de chegar a Brasília e garantir a posse de Goulart.

Percebendo a amplitude do movimento, os ministros militares aceitaram um acordo: acatavam a eleição de Goulart, mas com um governo parlamentarista, o que significava uma drástica redução dos poderes presidenciais. Ao mesmo tempo, pressionados, concordaram com a convocação de um plebiscito, para que a população se pronunciasse sobre a forma preferida de governo — parlamentarismo ou presidencialismo. A consulta foi realizada em janeiro de 1963, com um resultado esmagador a favor do presidencialismo: 80% dos votos.

Goulart assumiu seus plenos poderes e anunciou um programa de reformas sociais, políticas e econômicas, as chamadas Reformas de Base, que afetava frontalmente os interesses das classes conservadoras, a começar pela reforma agrária, que poderia ter mudado a arcaica estrutura fundiária do País, eliminando essa chaga social que é o latifúndio. No plano externo, adotou uma política de

independência, que incluía a intensificação das relações com o governo de Cuba e o reconhecimento da China comunista, sob forte oposição dos EUA.

Essas medidas tinham o apoio dos movimentos populares, à frente as mais importantes organizações sindicais, que, por meio de greves e outras manifestações, externavam sua disposição de lutar contra qualquer iniciativa golpista e em defesa das Reformas de Base. A mobilização de cabos e sargentos, identificados politicamente com o governo, transpôs o conflito para o seio das Forças Armadas.

Com dinheiro local e estrangeiro, diversas entidades conspirativas intensificaram sua atuação, como o IBAD — Instituto Brasileiro de Ação Democrática; o IPES — Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais, Os Novos Inconfidentes, este último especialmente em Minas, além de movimentos de mulheres e de profissionais liberais, de setores da Igreja Católica, etc. Aquelas entidades contavam com a adesão de influentes figuras políticas, distinguindo-se entre elas o corrupto governador paulista, Ademar de Barros, conhecido pelo lema “rouba, mas faz”, que teve um cofre com milhões de dólares roubado pelos guerrilheiros durante a ditadura, a fim de financiarem suas ações.

Manifestações foram convocadas por grupos conservadores para as maiores cidades, a começar por São Paulo, tendo a participação de dezenas de milhares de pessoas, com palavras de ordem como “Deus, Pátria e Família”, “Abaixo o comunismo”, “Morra Goulart”, “Morra Brizola”. A exemplo do que ocorreria em outras ocasiões, houve sucessivos painéis promovidos pelos moradores dos bairros burgueses e de classes médias altas, para protestar contra o governo.

O clima de agitação, nas ruas e no Congresso, repercutia diretamente nos quartéis, parecendo encaminhar-se para um inevitável enfrentamento armado, com todas as suas consequências.

Na madrugada de 31 de março para 1º de abril de 1964, unidades do Exército em Juiz de Fora, sede da 4ª Região, sob o comando do

general Olympio Mourão Filho e com o respaldo da Polícia Militar mineira, que dispunha de um efetivo de 20 mil homens, deram início às operações, deflagrando o processo golpista. A principal coluna deslocou-se para o Rio e outra tomou o rumo de Brasília, na época os dois mais importantes centros políticos do País. Ao mesmo tempo, uma esquadra norte-americana composta de diversos navios de guerra e aviões de combate e de centenas de tripulantes, na chamada Operação Brother Sam, estava a caminho do Porto de Santos, com a missão de dar suporte estratégico às forças rebeladas, episódio confirmado mais tarde no próprio congresso e na imprensa dos EUA. Goulart preferiu não resistir e deixou o governo, segundo ele, para evitar derramamento de sangue, exilando-se no Uruguai. Outros líderes e militantes de esquerda tiveram também de exilar-se, para fugir à repressão imposta pelos militares. Não sendo necessária a intervenção, a frota americana retornou a suas bases.

As medidas progressistas tomadas pelo governo Goulart foram anuladas pelos vencedores, que para isso estabeleceram a mais longa ditadura de nossa história, com 21 anos de atraso político, social e cultural, de corrupção e autoritarismo.

CAPÍTULO 2



A CONSPIRAÇÃO EM MINAS: DIVISÃO DO BRASIL E O ASSASSINATO DE GOULART

A conspiração e o golpe em Minas tiveram episódios até hoje desconhecidos ou pouco conhecidos, fora e dentro do Estado. Sempre houve por parte da mídia nacional e mesmo dos meios acadêmicos a tendência de privilegiar a cobertura e o estudo do que acontece no Rio e São Paulo, em detrimento do resto do País. Aqui a articulação golpista se fez, desde o início, com o envolvimento dos comandos das principais unidades do Exército e da Aeronáutica, e da Polícia Militar. O Exército tinha a sua frente, na 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, e na ID-4 — 4ª Infantaria Divisionária, em Belo Horizonte, dois notórios conspiradores, respectivamente os generais Olympio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes. A PM era comandada pelo coronel José Geraldo de Oliveira, que não escondia suas posições direitistas e anti-Goulart.

O governador de Minas, banqueiro José de Magalhães Pinto, integrou-se ao golpe, empenhando em sua execução todos os recursos da administração. As classes patronais, sob a liderança da FIEMG — Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, da então FAREM, hoje FAEMG — Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais, e da Associação Comercial de Minas, deram seu integral apoio à conspiração, de modo especial na captação de aportes destinados ao financiamento das ações civis e militares. Para isso, foi

criada a entidade semiclandestina denominada Novos Inconfidentes, que tinha seu endereço na sede do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Minas Gerais, filiado à FIEMG, no até hoje imponente Edifício Acaiaca, na Avenida Afonso Penas, uma das principais de Belo Horizonte. A mídia, com a quase única exceção de nosso semanário *Binômio*, encarregou-se de mobilizar a população a favor do golpe, como também o fez parte expressiva do clero católico.

Ao mesmo tempo, atuava na antiga Secretaria de Segurança o agente da CIA, Dan Mitrione (Daniel A. Mitrione), contratado com a tarefa de preparar os policiais mineiros para a chamada luta antissubversiva, inclusive a prática de tortura. Ele teria enviado a sua agência nos EUA mais de cem mil fichas de brasileiros acusados de esquerdismo. Transferido depois para o Uruguai, foi morto pelos guerrilheiros Tupamaros por estar desenvolvendo iguais atividades ali. Antes passara pelo Chile, onde prestou assistência à polícia de Pinochet.

O terreno, portanto, era extremamente propício para a atuação dos conspiradores e dos agentes ligados ao consulado norte-americano, que tinham livre acesso aos quartéis e órgãos do governo.

Citarei dois episódios marcantes, aos quais me referi na Explicação, que, se houvessem acontecido, teriam mudado a história brasileira. O primeiro foi a decisão dos chefes golpistas de correr todos os riscos de uma ação militar prolongada, que poderia ter conduzido à divisão territorial do Brasil, com o surgimento de dois países, “uma Coreia de proporções continentais”, nas palavras de um de seus estrategistas, com a perspectiva de direta intervenção de tropas americanas.

Assim, desde o primeiro momento abriram o voluntariado para a formação de um exército paralelo de 50 mil homens, visando reforçar as tropas regulares. Esse exército seria financiado e aparelhado pelos EUA, segundo entendimentos já em curso com altos funcionários diplomáticos daquele país.

Para coordenar a ajuda mencionada, os conspiradores eram representados pelo já referido comandante da ID-4, general Guedes, e o

general reformado José Lopes Bragança, um dos mais radicais dirigentes dos Novos Inconfidentes. Do lado americano, pelo cônsul Herbert Okun e seu vice Lawrence Laser, do consulado de Belo Horizonte, sob a orientação pessoal do general Vernon Walters, supervisor dos trabalhos da CIA no Brasil e adido militar da embaixada em Brasília, que, com esta missão, estivera secretamente na capital mineira por algumas vezes. Os fornecimentos entrariam pelo porto de Vitória, que deveria ser posto sob o controle das forças militares sediadas em Minas.

Todas essas informações foram confirmadas mais tarde pelo general Guedes, em seu livro *Tinha que Ser Minas* (Editora Nova Fronteira, 1979), no qual acrescenta outros detalhes de suas negociações com os representantes dos EUA, que ele chama de “o grande arsenal da democracia”. “O motivo imperioso que determinara o nosso encontro”, diz, referindo-se a uma das reuniões com seus interlocutores, “se prendia à urgente necessidade de material — blindados, armamentos leves e pesados, munições, combustíveis, aparelhagem de comunicações, enfim, todo o complexo material que a guerra exige...”.

Por seu lado, em uma assembleia com os Novos Inconfidentes, o general Olympio Mourão afirmou que a vitória seria certa. “Como em 1930, Minas vencerá novamente agora”, proclamou, sob aplausos.

Naquela perspectiva separatista, de uma parte ficariam os Estados do Sul e Sudeste, e de outra, os do Norte e Nordeste, o que aliás foi sempre um velho sonho de setores das elites paulistas desde a tentativa contrarrevolucionária de 1932¹. A capital da primeira, pelo menos no início, seria Belo Horizonte, onde o governador do Estado, Magalhães Pinto, se havia proclamado “chefe civil da revolução”. Segundo entendiam os próprios conspiradores, a capital legalista seria o Rio de Janeiro, na qual o presidente João Goulart contava, antes do golpe,

¹ Em 1932, tropas do Exército em São Paulo, com o apoio da Polícia Militar paulista, iniciaram um movimento armado contra o governo Vargas, a chamada Revolução Constitucionalista, na tentativa de restabelecer o poder dos grupos cafeeiros de São Paulo afastados do poder pela Revolução de 30. O movimento foi derrotado, com alguns de seus principais dirigentes exilando-se na Europa, entre eles antigos membros da família Mesquita, proprietária do jornal *O Estado de S. Paulo*.

com a lealdade de várias unidades das três armas, inclusive o adestrado Corpo de Fuzileiros Navais, sob o comando do almirante janguista Cândido Aragão, além do comando da Vila Militar, ocupado por outro militar fiel ao governo, o general Oromar Osório.

Ao mesmo tempo, foram criadas algumas pequenas fábricas de armamentos, uma delas na oficina da Escola Christiano Ottoni, da Faculdade de Engenharia da UFMG, com capacidade para produção de granadas de alto poder destrutivo. Outra funcionou no sítio do próprio comandante da Polícia Militar, coronel José Geraldo de Oliveira, nas proximidades de Belo Horizonte, e outras mais pelo interior do Estado.

Com uma tropa projetada de 50 mil voluntários, os dispositivos do Exército e da Aeronáutica aqui existentes, e da Polícia Militar, Minas passaria a dispor de um contingente de cerca de 80 mil efetivos integrados ao movimento sedicioso. Magalhães havia nomeado como secretários sem pasta o diplomata e depois senador Afonso Arinos de Mello Franco e o deputado José Maria Alkmin, para assumirem, num possível futuro governo, as respectivas funções de ministros das Relações Exteriores e da Fazenda. Também já estava escolhido o nome do general Cordeiro de Farias, um dos mais influentes do Exército, para o na época chamado Ministério da Guerra.

“Em Minas”, escreveu Guedes em seu livro, “construiríamos um baluarte, servindo-nos, mais uma vez, de seus contrafortes, fazendo de suas montanhas um poderoso escudo, a cuja sombra poderíamos resistir ou, se as condições surgissem e o exigissem, lançar-nos para qualquer parte...”.

O segundo episódio teria consequências traumáticas, envolvendo o assassinato do presidente da República. Estava programada sua vinda a Belo Horizonte em 21 de abril, data comemorativa da Inconfidência Mineira, na companhia de outras personalidades políticas, inclusive Leonel Brizola, para a realização de um comício em favor das Reformas de Base.

Inspirado no que havia acontecido pouco antes nos EUA, em Dallas, Estado do Texas, quando perdeu a vida o ex-presidente John

Kennedy, Goulart seria fuzilado no palanque a ser armado na Praça da Estação, um dos pontos centrais da cidade, destinado à realização daquele ato político. Várias alternativas foram consideradas para sua execução, até mesmo o posicionamento dos militares em um dos andares do hotel que existe até hoje na praça, de onde atirariam contra os oradores usando lentes especiais para melhorar a pontaria. Afinal, prevaleceu a forma julgada mais segura e mais objetiva: atiradores de elite da PM, abrindo caminho em meio ao público, disparariam suas metralhadoras contra o palanque, atingindo indistintamente todos os que lá se encontrassem. Os mínimos detalhes da operação já estavam definidos, inclusive os nomes dos atiradores, que seriam comandados pelo coronel José Oswaldo Campos do Amaral, campeão mineiro de tiro, popular entre seus colegas pela definidora alcunha de Cascavel. Em carta de 18 de janeiro de 1977, o próprio coronel revelou outros aspectos da preparação do ataque, afirmando que seria praticado “para o bem e a salvação do Brasil”. Em novas declarações, ele agregou: “Ninguém teria escapado com vida do palanque”.

Se a ação houvesse acontecido, teria sido um dos mais dramáticos atentados políticos, pelo número e a projeção das vítimas que causaria, muito mais sangrento que o de Dallas contra o ex-presidente John Kennedy, nos EUA, que lhe serviu de inspiração.

Os dois episódios só não se concretizaram porque o golpe os tornou desnecessários, mas a sofisticação de seu planejamento mostra o nível que a conspiração alcançou. O jornal *Estado de Minas*, em várias edições, em 1977, publicou documentadas reportagens do jornalista Geraldo Elísio, com os pormenores dessa tragédia que felizmente não ocorreu e também sobre a organização do exército paralelo, essencial para uma estratégia militar de maior duração. Nossas pesquisas, efetuadas junto a diferentes fontes, confirmaram a total procedência daqueles fatos, reunindo outras informações que incorporamos ao texto, além das revelações do general Guedes em seu livro.